



Como estudar elites

Renato Perissinotto
Adriano Codato (orgs.)

Editora
UFPR

Como estudar elites



Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice Reitor

Rogério Andrade Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Deise Cristina de Lima Picanço

Diretora da Editora UFPR

Suzete de Paula Bornatto

Vice-Diretor da Editora UFPR

Cláudio de Sá Machado Júnior

Conselho Editorial

Cleverson Ribas Carneiro
Cristina Gonçalves Mendonça
Edson Luiz Almeida Tizzot
Emerson Joucoski
Everton Passos
Ida Chapaval Pimentel
Jane Mendes Ferreira
José Carlos Cifuentes Vasquez
José Eduardo Padilha de Souza
Marcia Santos de Menezes

Como estudar elites

Renato Perissinotto
Adriano Codato (orgs.)



© Renato Perissinotto e Adriano Codato (orgs.)

Como estudar elites

Coordenação Editorial

Lucas Massimo

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Indústria Inc.

Revisão

Lucas Massimo e Fernando Leite

Capa

Indústria Inc.

Foto de capa

Renato Perissinotto

Série Pesquisa, n. 290

Ref. 823

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS - BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Como estudar elites / Renato Perissinotto, Adriano Codato (orgs.). -

Curitiba : Ed. UFPR, 2015.

319 p. : il. - (Pesquisa; n. 290)

ISBN 978-85-8480-038-4

Inclui referências ao final de cada capítulo

Vários autores

1. Elites (Ciências sociais). 2. Metodologia. I. Perissinotto, Renato M. (Renato Monseff), 1964-. II. Codato, Adriano Nervo. III. Série.

CDD 305.5

Andrea Carolina Grohs CRB 9/1384

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280 - Centro

Tel.: (41) 3360-7489

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2015



Esta obra foi publicada com recursos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) referentes ao projeto "Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil" desenvolvido em parceria entre UFPR, PUC-RS e UFS.



"Toda pesquisa científica requer paciência, autodisciplina e uma inesgotável capacidade de se aborrecer".

Terry Eagleton.

Sumário

Introdução: como estudar elites?	9
Renato Perissinotto e Adriano Codato	
Capítulo 1 Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos <i>Adriano Codato</i>	15
Capítulo 2 O uso do <i>survey</i> no estudo do recrutamento político: limites e vantagens <i>Bruno Bolognesi e Renato Perissinotto</i>	33
Capítulo 3 O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX <i>Luiz Domingos Costa, Lucas Massimo, Paula Buttore e Ana Paula Lopes</i>	63
Capítulo 4 Análise de elites em perspectiva relacional: a operacionalização da Análise de Redes Sociais (ARS) <i>Emerson Urizzi Cervi</i>	95
Capítulo 5 Viagem pela alta hierarquia: pesquisa de campo e interações com elites eclesiásticas <i>Ernesto Seidl</i>	121
Capítulo 6 Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes <i>Fernanda Petrarca</i>	151
Capítulo 7 Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo <i>Wilson José F. de Oliveira</i>	187
Capítulo 8 Os empresários enquanto elite: a pesquisa empírica <i>Paulo Roberto Neves Costa</i>	217
Capítulo 9 A prosopografia explicada para cientistas políticos <i>Flavio Heinz e Adriano Codato</i>	249
Apêndices metodológicos	279
Apêndice 1 Como elaborar um <i>survey</i>	281
Apêndice 2 Como formar matrizes de dados biográficos	291
Apêndice 3 Como produzir uma ficha prosopográfica	301
Apêndice 4 Como preparar um questionário com questões abertas	309
Sobre os autores	318

Introdução: como estudar elites?

GUIAS DE METODOLOGIA de pesquisa dão dois significados ao termo “método”: ora o entendem como a estratégia geral da investigação científica (com ênfase na lógica do trabalho, nos padrões de análise ou no mecanismo das explicações), ora como as técnicas de seleção, validação, processamento e análise de dados. Este livro concentra-se nas técnicas, mais exatamente nos procedimentos práticos para o estudo de um objeto em particular: os grupos dominantes na hierarquia social.

Não há uma receita para abordar esse assunto. As estratégias empregadas tendem a ser muito variadas e, em alguns casos, complementares. Essa diversidade de procedimentos é resultado natural tanto dos múltiplos propósitos pretendidos pelos investigadores, quanto da variedade de evidências fornecidas por estudos com elites. Além disso, um procedimento - análise estatística inferencial com vinte mil candidatos a deputado ou etnografia multinível com um único caso - pode funcionar melhor num determinado estágio da pesquisa; outro procedimento, no estágio seguinte. Pesquisas

como as de Donald Searing sobre as carreiras de políticos profissionais no “universo de Westminster”, interessadas em entender a ambição política, podem apelar tanto para a análise dos efeitos das regras sobre a configuração dos vários papéis sociais na instituição (lobistas, líderes de partido, ministros), quanto para as características pessoais daqueles que estão investidos dessas funções, características essas verificadas em longas entrevistas face a face com todo tipo de representante (*insiders*, *outsiders*, *backbenchers*, sindicalistas, empresários, etc.). O fundamental é saber que técnica empregar para que tipo de fenômeno, se e quando um determinado artifício pode ou não ser bem aproveitado. Purismos metodológicos e a adição a procedimentos fixos para tratamento de dados empíricos reforçam identidades de grupos científicos, mas trazem prejuízo à ciência das coisas.

Quando se consulta a literatura já publicada sobre classes dirigentes, a disparidade de abordagens dos objetos empíricos e o caráter idiossincrático das questões de pesquisa nos faz perguntar se há qualquer sentido em recomendar algum procedimento. Justamente por isso, este livro evita prescrever receitas. Preferimos adotar o tom de “relato de campo” onde cada pesquisador ou grupo de pesquisadores narra a marcha da sua investigação, as suas dificuldades e soluções práticas.

Todo trabalho de pesquisa vai da elaboração das questões a serem respondidas, passa pela definição do objeto, pela escolha das variáveis, pela identificação das fontes disponíveis e das evidências que delas se podem extrair, pela elaboração do instrumento de coleta de dados, pela coleta de dados propriamente dita, pela sua sistematização e ordenação, para, só então, analisar todo o material e, enfim, apresentar os resultados.

Contudo, esses procedimentos anteriores à publicação dos resultados tendem a ser arquivados, ou, muitíssimo raramente, reutilizados em alguma nova investigação por outro pesquisador. De uma maneira ou de outra, ele quase sempre é mantido longe dos olhos do público. Assim, esse mesmo público se vê impedido de tomar contato com o longo percurso de aprendizado prático que toda pesquisa envolve, seus erros e acertos, suas hesitações, os bloqueios sucessivos de caminhos e as más escolhas que sempre fazemos. É uma pena que seja assim, pois é certo que muito empenho individual poderia ser poupado se as experiências referentes aos procedimentos habituais de construção de uma investigação científica viessem a público com mais frequência. Com isso, tempo, energia e dinheiro poderiam ser mais bem direcionados e a própria apresentação de resultados finais poderia ser mais rápida. Enfim, conhecer as grandes e pequenas medidas

Introdução

práticas tomadas por outros camaradas da mesma área de estudos pode não apenas ajudar no desenvolvimento de mais trabalhos, como também representar economia de escala em termos de recursos e tempo.

Em alguns países, a exposição das decisões tomadas no curso de uma investigação é prática corrente. Há periódicos para veicular, ao invés dos resultados, os procedimentos intermediários da pesquisa científica. No Brasil, não há publicações dessa natureza em Ciência Política ou Sociologia Política, de modo que os dados referentes aos labirintos do trabalho científico raramente vêm à luz ou, quando vêm, aparecem na forma de relatórios burocráticos de difícil acesso, destinados apenas a prestar contas à agência de financiamento. Esta é a contribuição que este livro pretende produzir.

Não se pretende revelar os mecanismos de todo e qualquer tipo de pesquisa social. Seria de pouca ajuda uma obra que fosse uma reunião aleatória de pesquisas sobre “a política brasileira”, por exemplo, com pouco ou nenhum contato entre si. Por essa razão, este livro tem uma unidade temática. Todos os textos aqui reunidos trabalham com o problema das elites ou dos grupos dirigentes em diversas dimensões da vida social: elites parlamentares, partidárias, eclesiásticas, econômicas, profissionais e elites de movimentos sociais.

O primeiro capítulo tenta ser uma exposição didática de alguns dos métodos de pesquisa consagrados para identificar grupos de elites. O segundo capítulo mostra como uma investigação sobre o processo de recrutamento e formação da nominata de candidatos dentro dos partidos políticos só poderia ser levada a termo por meio da aplicação presencial de um questionário. Uma vez tomada essa decisão, resta saber: qual seria o melhor formato do questionário? O terceiro, sublinha que o estudo diacrônico da classe política brasileira exige o uso intensivo de fontes documentais. Como são apresentadas nessas fontes as evidências necessárias ao entendimento do recrutamento e como se deve codificá-las? O quarto capítulo revela como a análise de redes pode captar padrões ideológicos nos processos de coalização política. Mas como usá-la? Quais são seus requisitos técnicos? O quinto capítulo discute os percalços para se ter acesso à elite de uma organização tão hermética como a Igreja Católica. Que estratégias o pesquisador deve adotar para facilitar o acesso à alta hierarquia e como comportar-se numa entrevista em que pesquisador e pesquisado pertencem a mundos tão diferentes? O sexto capítulo analisa as dificuldades para se definir o que é “profissão”. Que procedimentos teóricos e metodológicos um pesquisador deve utilizar para delimitar um campo profissional? O capítulo seguinte relata os

Como estudar elites

expedientes utilizados para o estudo de líderes de grupos que, normalmente, não são tidos como “elites”, como é o caso nos movimentos em defesa do meio ambiente. O oitavo capítulo analisa como é possível estudar a posição política de elites econômicas. Essa elite deve ser definida em termos patrimoniais (o tamanho da empresa) ou em termos de atuação institucional em organizações de classe? Uma vez definido o grupo, como acessá-lo e que cuidados devemos ter ao formular questões sobre o que eles pensam sobre a política? Por fim, o capítulo nove apresenta um resumo do que é e de como se pode fazer prosopografia.

Esses são os problemas que este livro procura responder. A enorme diversidade de questões é resultado da multiplicidade de objetos e de preocupações teóricas e metodológicas que orientam as pesquisas aqui relatadas. No entanto, a unidade da coletânea está garantida pelo fio que conduz todos os textos e que pode ser resumido na pergunta que dá título ao livro: como estudar elites?

Essa integração entre autores, temáticas, propósitos e objetos não é casual. Por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), professores de três instituições diferentes (Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Sergipe e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) trabalharam coletivamente, de 2011 a 2015, em projetos de pesquisa que tinham os grupos de elite como foco principal. Este livro é o resultado deste esforço de reflexão conjunta.

Curitiba, inverno de 2015.

Renato Perissinotto
Adriano Codato

4. Análise de elites em perspectiva relacional: a operacionalização da Análise de Redes Sociais (ARS)

Emerson Urizzi Cervi

TRADICIONALMENTE OS ESTUDOS empíricos sobre elites políticas apresentam duas características principais: (i) a unidade de análise é o indivíduo definido como integrante da elite política, suas características, origens, trajetórias, preferências, visões de mundo etc. e (ii) o objeto de análise é quanto capital político esses indivíduos conseguem acumular, o que se traduz em termos de ocupação de postos decisórios, número de votos obtidos, funções-chave no aparelho do Estado etc. Isso conduz os estudos de elites a uma abordagem predominantemente microssociológica, onde unidade básica é o *indivíduo* e suas relações com as estruturas de poder político. Trata-se, portanto, de um conjunto de estudos predominantemente estáticos. No entanto, a abordagem posicional não é a única possível para estudos de elites. A conexão entre integrantes de um grupo minoritário entre si ou entre grupos distintos ajuda a entender a coesão de identidade da elite. Nas palavras de Hartmann: “If we start out by looking at the relationships between individual elites, we find that in all major industrialized countries there has been marked growth in the inter-

dependencies among the key elites in business, politics and administration” (HARTMANN, 2007, p. 103). O objetivo do capítulo não é discutir as relações entre elites distintas, mas entre atores que pertencem à mesma elite, porém situados em instituições distintas. Mais especificamente, analisaremos a interconexão entre membros da elite política por meio dos partidos políticos.

A proposta deste capítulo é apresentar uma abordagem alternativa aos estudos de elites políticas sem, contudo, apresentá-la como excludente em relação a outras estratégias de análise mais tradicionais, como, por exemplo, o método posicional. Não se pretende analisar os indivíduos, mas sim uma das principais instituições de capital político nas democracias contemporâneas: os partidos políticos. Além disso, não se quer estudar os integrantes das elites partidárias, mas sim *o conjunto de relações formadas entre os partidos políticos para disputas eleitorais*, que são, ao fim e ao cabo, relações entre os indivíduos que controlam suas cúpulas. Ou seja, a proposta é substituir o modelo estático e individual de análise pelo dinâmico. Nesse sentido, a pergunta que se busca responder não é “quem faz parte da elite?”, já que para responder a essa questão seria preciso adotar uma abordagem posicional, discutida em detalhes no primeiro capítulo deste livro (especificamente a partir da página 20). A pergunta que se coloca é: “como analisar as relações entre grupos e integrantes da elite?”.

Pretendemos discutir a consistência ideológica nas elites partidárias brasileiras a partir do conjunto de relações firmadas pelos partidos para disputar as eleições municipais de capitais de estado no Brasil em 2012. Portanto, as duas principais diferenças deste capítulo para os tradicionais estudos sobre elites são: (i) não estamos analisando características individuais dos integrantes das elites partidárias (nível microssociológico), mas sim as decisões tomadas no âmbito das elites que compõem as direções municipais dos partidos políticos (nível macrossociológico); (ii) nosso objeto não são as posições institucionais com distintos capitais políticos, mas sim as relações entre instituições/partidos que compõem uma rede de associação de elites partidárias com a finalidade de disputar eleições majoritárias. Trata-se portanto de uma análise relacional das elites políticas e não de uma análise posicional. Para tanto, usaremos técnicas conhecidas como Análise de Redes Sociais (ARS) para identificar os tipos de relações e as consistências das redes de apoios a candidatos às prefeituras de capitais em 2012.

A ARS vem sendo usada em pesquisas empíricas nas Ciências Sociais há quase 100 anos (ZANCAN et al., 2012; MORTON, 2004), sendo considerada a metodologia mais adequada para quando o objetivo é iden-

tificar padrões relacionais e não as características individuais daqueles que fazem parte da rede. A ARS permite identificar que tipo de relação existe entre os integrantes da rede, quais são os componentes centrais, com forte presença na rede e quais são os componentes periféricos, com participação mais fraca na rede. Neste capítulo aplicamos a técnica para análise das relações entre os partidos políticos e as redes formadas por eles para as disputas majoritárias de capitais brasileiras em 2012. Para tanto, usamos o *software open source* NodeXL¹ desenvolvido por uma equipe interinstitucional de pesquisadores.

O objetivo do capítulo é verificar se existe *consistência ideológica* nas redes de coligações formadas pelas elites políticas dos principais partidos brasileiros para as disputas majoritárias no Brasil. Para tanto, selecionamos as três maiores agremiações que concorreram nas eleições de 2012, cada uma ocupando uma posição específica no espectro ideológico: PT (esquerda), PMDB (centro) e PSDB (direita). Para testar a hipótese da consistência ideológica nas coligações foram incluídos nas redes três partidos menores (satélites) de cada uma das posições no espectro: PCdoB (esquerda), PTB (centro) e DEM (direita)². Com isso esperamos poder identificar os tipos de relações entre os diretórios municipais a partir das coligações formadas para as disputas municipais nas 26 capitais brasileiras.

Como exemplo para aplicação da técnica de redes na análise relacional de integrantes de elites partidárias, nosso objeto de estudo é o conjunto de redes políticas formadas pelos seis partidos citados acima. Não pretendemos analisar a totalidade de coligações apresentadas em 2012, mas sim a consistência das coligações que apoiaram candidatos a prefeito de um dos seis partidos citados acima. Três grandes e três satélites, cada dupla em uma posição no espectro ideológico. Nossa hipótese é que se houver consistência ideológica nas redes formadas pelas coligações partidárias

¹ O *software* foi desenvolvido e é mantido por um consórcio de pesquisadores de cinco universidades: Cambridge, Maryland, Stanford, Porto e Oxford. Pode ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico (<<http://nodexl.codeplex.com/releases/view/117659>>. Acesso em: 15 set. 2015), assim como manuais para utilização do *software*.

² O objetivo aqui não é testar a consistência ideológica dos partidos selecionados em relação a todo o sistema partidário brasileiro, mas sim as relações entre três partidos grandes e três pequenos, sendo dois deles em oposição frontal (PT-PSDB) e os demais em posições intermediárias. Portanto, o posicionamento ideológico dos partidos aqui é feita *ad-hoc* por ter a finalidade de servir como exemplo para aplicação da metodologia de ARS e não para testar a consistência das posições ideológicas dos partidos, o que seria um empreendimento muito mais complexo e não se adequaria ao espírito dessa obra.

em disputas majoritárias, teremos relações mais fortes entre PT e PCdoB; entre PSDB e DEM e entre PMDB e PTB. No caso dos dois últimos partidos, por estarem no centro da distribuição ideológica, espera-se que eles também façam parte das redes dos partidos à esquerda (PT e PCdoB) e à direita (PSDB e DEM). Além disso, quando consideradas todas as coligações dos seis partidos em uma única rede, se houver consistência ideológica nas conexões entre eles, teremos a formação de pelo menos dois *clusters*: um à esquerda, centralizado pelo PT, e um à direita, onde predominará o PSDB. Dependendo da forma como os partidos de centro se comportarem nas coligações, poderemos ter um terceiro *cluster*, formado pelos partidos centrais.

A opção por limitar as redes às coligações em disputas para prefeituras de capitais deve-se aos achados anteriores de que nesses municípios - com mais eleitores e com disputas mais visíveis - os partidos sofrem mais restrições a coligações com outras agremiações que ocupam posições em pontos diferentes do espectro ideológico (CERVI, 2013). Ou seja, nas capitais, as relações partidárias seriam mais consistentes do ponto de vista ideológico.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos os principais conceitos e um breve histórico da aplicação da ARS nas Ciências Sociais e, mais recentemente, na Ciência Política. No tópico seguinte, descrevemos o objeto empírico de análise e realizamos os testes de ARS, em especial em relação ao número de conexões, distância geodésica e densidade da rede. As análises dividem-se em duas partes. Inicialmente expomos os *coeficientes das redes* formadas pelos seis partidos indicados acima separadamente. Com isso pretendemos verificar até que ponto há consistência ideológica nas coligações de apoio a candidatos a prefeito. Em seguida, analisamos a rede completa, formada pelos seis partidos, para identificar a formação ou não de *clusters* e, em seguida, para verificar se os *clusters* são ideologicamente consistentes. Na última parte apresentamos as considerações finais para os achados do estudo a respeito das relações partidárias formadas por decisões das elites políticas para organizar as disputas eleitorais nas capitais brasileiras em 2012.

1. ARS: definições básicas

Existem várias formas de conceituar uma rede social. Para Bourdieu (2003), uma rede é uma configuração de relações objetivas entre as posições, definida tanto pela sua própria existência quanto pelas determinações dos ocupantes. Para Burt (1984) redes sociais são definidas por um conjunto de atores conectados por relações sociais específicas. Portanto, nas análises de

redes sociais o interesse maior está nas ligações e papéis desempenhados pelos atores sociais em suas interações. Fundamenta-se isso no fato de que os atores políticos são interdependentes e que isso traz consequências relevantes para cada integrante de uma rede (FREEMAN, 1979). O que interessa aqui é o posicionamento na estrutura de uma rede em relação aos demais atores e não o ator em si mesmo.

A análise de redes sociais dá prioridade às relações entre os atores envolvidos nos processos políticos, diferenciando-se das técnicas que visam descrever as características próprias dos atores (abordagem microsociológica) ou das estruturas organizacionais e sociais que limitam e constroem as ações individuais (abordagem macrosociológica). O ponto forte da análise de redes é justamente permitir uma superação da dicotomia micro *versus* macro. Nela, o objetivo é estudar como os atores políticos (sejam eles indivíduos ou instituições) se organizam relacionalmente em um ambiente maior. Como defende Marques (2007), não é possível pensar em relações sociais apenas considerando as características individuais de cada ator envolvido numa eventual relação ou analisar de forma abstrata o ambiente institucional dentro do qual as relações acontecem. É preciso levar em conta os diferentes mecanismos relacionais, *pensando relacionalmente*, o que significa considerar os pesos das instituições e das decisões individuais nos posicionamentos dos atores políticos no espaço relacional. Por outro lado, é preciso reconhecer as limitações da ARS como técnica de análise empírica: ao permitir uma identificação relacional, o uso dessa técnica é limitada quanto a explicações sobre a natureza dos atores individuais ou sobre a composição mais geral das instituições que fazem parte das estruturas relacionais. Em outras palavras, não é possível fazer inferências sobre as intenções individuais dos atores envolvidos nas relações sociais a partir da ARS, assim como não se pode pensar em explicações sobre a natureza e origem das organizações que se relacionam entre si (através dos atores). A técnica não foi pensada para isso. Ela serve exclusivamente para *medir as interações entre os atores, suas intensidades, direções e força das relações*. Portanto, na ARS a *unidade de análise* é a relação e não os atores envolvidos ou as organizações isoladamente.

Conforme Hanneman e Riddle (2005), a ARS possui uma linguagem própria para descrever a estrutura e o conteúdo das relações observadas, fugindo das preocupações sobre quão fortes ou fracos, iguais ou desiguais, são os atores envolvidos para centrar atenção em como se localizam os atores

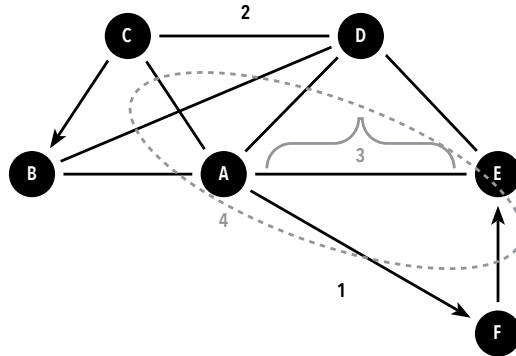
envolvidos nas relações. Para Costa (2011) há cinco aspectos importantes a serem considerados em ARS. O primeiro deles é que a técnica não desconsidera as características e atributos dos indivíduos envolvidos nas relações. Ao contrário, esses atributos são considerados em suas proporções como possíveis explicações para o tipo de relação encontrada. No entanto, identificar atributos dos atores não é o objetivo final na ARS. Em segundo lugar, a análise de redes sociais é uma metodologia que depende diretamente das relações entre conceitos teóricos e dados empíricos, sendo mais que uma simples técnica empírica. Sem consistência conceitual sobre quem são e quais os interesses dos atores envolvidos, as explicações sobre relações não se sustentam. O terceiro aspecto é que se trata de uma análise estrutural, das estruturas de relações. Para tanto, seu sucesso depende de rigor metodológico, empírico e matemático para que os achados sobre as estruturas das relações sejam plausíveis. Em quarto lugar, a metáfora da rede exige a apropriação de determinados conceitos necessários para diferenciá-la de outros estudos que usam o termo “rede”, mas que têm como objetivo analisar os atores e não as suas relações.

Os principais conceitos da ARS são: nós, laços ou vértices, relação unidirecional ou bidirecional, densidade, modularidade, centralidade, proximidade, intermediação e distância geodésica (COSTA, 2011). Por fim, o foco de atenção da ARS nem sempre precisa estar nas relações predominantes ou naqueles nós centrais, como tende a acontecer em outras técnicas que buscam identificar padrões gerais de comportamentos. Ao contrário, a identificação de uma relação secundária, de um vértice fraco ou de um nó periférico pode ser até mesmo mais explicativo do que as relações principais.

A Figura 1 representa os principais elementos de uma ARS. Os nós ou vértices são os pontos de convergência (A, B, C, D, E, F). No caso, a rede é formada por seis nós, que podem ser indivíduos, organizações, instituições, partidos políticos, unidades geográficas como municípios ou países etc. Os nós são ligados por arestas ou arcos, que podem ser unidirecionais (arcos), quando a relação só tem uma direção e são indicados por uma seta. É o caso do arco (1), que indica uma relação em direção única de (A) para (F). Ou podem ser arestas bidirecionais, quando a direção da relação entre os nós é indefinida. No exemplo, representado pela aresta (2), ligando (C) a (D). A centralidade é definida pelo número de arestas ou arcos ligados a um nó. Quanto maior o número de ligações, mais central é o nó. O número de ligações a um vértice é chamado de grau. Nesse caso, o nó (A) é o mais central por apresentar o maior número de ligações/graus a outros vértices.

Análise de elites em perspectiva relacional

Figura 1. Exemplo de componentes de uma análise de redes



Fonte: Elaboração própria

A proximidade entre os vértices (número 3 na figura acima) indica a distância entre cada integrante da relação. Quanto mais distante, menor a força da relação. A Distância Geodésica Média indica qual o grau de proximidade ou distanciamento entre os vértices em uma rede. Quanto mais próximos estiverem, maior a densidade da rede, o que indica maior integração entre seus componentes. O conceito de intermediação aplica-se aos casos em que há uma relação indireta entre os integrantes de determinada rede. No exemplo acima é possível pensar que o vértice (A) faça a intermediação entre os nós (B) e (F), visto que não existe aresta ligando os dois últimos (eles não apresentam uma relação direta). No máximo apresentarão uma relação intermediada por fazerem parte da mesma rede social. A modularidade é um indicador que mostra o quão homogênea é a distribuição dos nós e vértices em uma rede. No exemplo acima se vê pelo formato da rede (número 4) que suas extremidades não são equidistantes. Há uma distribuição maior do lado direito da rede e uma concentração maior do lado esquerdo. Esse formato reduz o valor da modularidade, indicando relações heterogêneas entre os integrantes da rede. Neste caso, a modularidade é distorcida pela presença do nó fraco (F), que está mais distante do centro e apresenta o menor número de ligações. Enquanto isso, do outro lado, os nós (B) e (C) apresentam maior proximidade do centro (A) e maior homogeneidade de distâncias entre si e os demais nós. Eles são considerados nós fortes.

1.1. A história do uso da análise de redes

A ARS começa a ser usada de maneira mais sistemática em estudos de Ciências Sociais a partir da década de 1930 e, principalmente, após a fundação da revista *Sociometry: A Journal of Research in Social Psychology*, em 1937. Esse periódico tinha como objetivo publicar resultados de pesquisas empíricas na área da Sociologia e foi onde as técnicas de análises de redes ganharam visibilidade. Pouco antes, em 1934, o sociólogo Jacob Moreno (1889-1974) publica o livro *Who Shall Survive: A new approach to the problem of human interrelations*. Antes, já nos anos 1920, pesquisadores da área de Psicologia utilizavam as análises de redes, principalmente em pesquisas que analisavam os comportamentos das crianças. Como pode-se perceber, a ARS entra nas Ciências Sociais como técnica de análise microsociológica, ou seja, ela visava entender os contextos e as relações entre indivíduos. Com o tempo os usos foram sendo diversificados e a ARS passou a ser aplicada em pesquisas sobre relações entre instituições e organizações (MORTON, 2004).

Nas Ciências Sociais a metodologia começa a ser utilizada para estudar a formação de redes sociais humanas, com os cientistas sociais observando as tendências de aproximação entre pessoas com interesses comuns. Da mesma forma, a ARS também pode ser usada para identificar barreiras ou dificuldades (distâncias) de comunicação entre os integrantes de uma rede dentro de uma organização qualquer. Cross e Parker (2004) identificaram três grandes benefícios com a aplicação da ARS. O primeiro é a integração que a metodologia permite entre as pessoas que participam de uma rede, independente de que tipo ela seja: empresarial, social, política etc. Além disso, ela permite identificar quais atores são centrais em determinada rede e quais os periféricos. Por fim, torna-se possível a identificação da diferença dos efeitos agrupados (gerados pela rede) em oposição aos efeitos individuais/não integrados sobre qualquer fenômeno social (ZANCAN et al., 2012). Por exemplo, é possível imaginar que um ator político qualquer tenha um nível de influência no debate público em função de suas características pessoais, tais como carisma ou posse de título distintivo em determinada área. Mas, além do atributo individual, há também atributos relacionais que são capazes de colocar alguns atores em posições centrais de redes importantes ou muito conectadas. Nesse caso, ainda que não possua tantos atributos individuais, o ator político pode ganhar importância por conta da sua posição na rede.

No Brasil, o campo das Ciências Sociais não foi o primeiro a usar as técnicas de ARS em estudos empíricos. Pesquisas em ciência administrativa, publicadas na *Revista de Administração de Empresas* (RAE), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, em 1984 foram as primeiras no país a analisarem estruturas organizacionais de empresas a partir da análise de redes. Na Ciência Política a técnica da ARS aparece inicialmente em estudos sobre as relações entre instituições estatais e organizações sociais (MARQUES, 1999; 2006; JUNQUEIRA, 2004). Nesse período, *i.e.*, fim da década de 1990 e início dos anos 2000, os pesquisadores estão preocupados em entender as relações entre organizações representativas estatais e societais. Em um segundo momento os estudos começam a dar atenção para as relações individuais na disputa de poder, como por exemplo Olivieri (2007), que investiga as nomeações para o cargo de diretor do Banco Central do Brasil usando ARS. Ou a pesquisa sobre os resultados de ações de uma ONG ligada à saúde pública na cidade de São Paulo a partir das redes de amizade (SILVA, 2009). São vários os exemplos de pesquisas usando ARS para descrever dinâmicas de políticas públicas, em diferentes áreas.

Ainda no campo das políticas de saúde há a pesquisa de Argiles (2013) que avalia redes de sociabilidade no atendimento domiciliar terapêutico. Na área de políticas educacionais, a ARS foi usada para analisar os resultados de política pública para a educação no município de Icapuí, no estado do Ceará, por Martins e Lotta (2010). No campo das políticas econômicas existem vários estudos sobre iniciativas locais, cooperativas, que usam ARS (FREITAS, 2013). Com o avanço do uso da técnica em estudos empíricos, pesquisadores começaram a se preocupar com as questões teóricas por trás na ARS. Algumas contribuições nessa área são de Marques et al. (2007), Carlos (2011), Martins (2011) e Costa (2011).

Dois recentes desdobramentos no uso da técnica destacam-se na Ciência Política brasileira. O primeiro é a utilização de ARS em pesquisas sobre elites políticas em disputas eleitorais. Horochovski et al. (2012) analisam as redes de financiadores eleitorais de candidatos a prefeito em municípios do litoral do Paraná. Santos (2011) usa as análises de redes para estudar formas de acompanhamento do trabalho parlamentar de políticos eleitos. Outra área em que a ARS tem avançado é o das pesquisas sobre política e novas tecnologias de comunicação, em especial após o advento da *web 2.0* e das redes sociais digitais. Cada vez mais os conceitos de redes sociais são aplicados em estudos sobre as redes for-

madras em ambientes digitais (MOURA; SILVA, 2008; LIMA, 2011; MASSIMO, 2012; REIS, 2012; SANTOS, 2012; NUNOMURA, 2013). Em resumo, a Ciência Política brasileira começa a usar análises de redes para investigar relações organizacionais entre o Estado e a sociedade com a finalidade de medir o impacto das redes nos resultados de políticas públicas em diferentes áreas. Passa a aplicar a ARS em estudos sobre as organizações da elite política, em especial em momentos eleitorais, para chegar aos mais recentes trabalhos que desenham redes entre elite política e cidadão comum, em ambientes digitais - que são os estudos sobre debates públicos em redes sociais na internet.

1.2. O sistema partidário brasileiro

Até aqui apresentamos a definição, os principais conceitos e o histórico do uso da ARS em pesquisas empíricas. No próximo tópico aplicaremos a metodologia em uma análise de redes das coligações formadas para disputa das prefeituras das 26 capitais de Estado brasileiras em 2012.

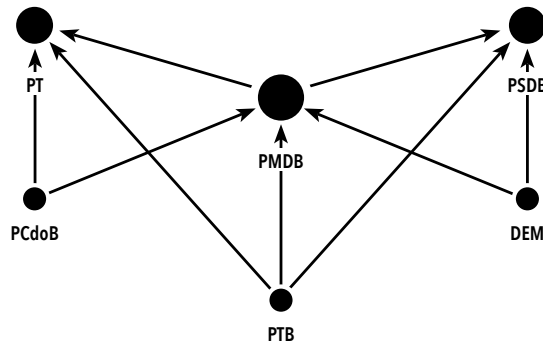
Partimos do princípio de que, do ponto de vista eleitoral, o sistema partidário brasileiro é organizado em função de três principais partidos: PT, PMDB e PSDB. São esses partidos que apresentaram os maiores números de candidatos a prefeito e a vereador em 2012, além de terem, juntos, eleito um terço dos prefeitos brasileiros na mais recente disputa. Partimos também do princípio de que é possível distribuir os três partidos em pontos distintos do espectro ideológico, seguindo os trabalhos de Tarouco (2010) e Tarouco e Madeira (2013), que de maneira geral posicionam o PT como um partido de esquerda, o PMDB um partido de centro e o PSDB como um partido à direita no espectro ideológico. Incluímos outros três partidos menores, que apresentaram menos candidatos a prefeito nas capitais em 2012, cada um próximo de um dos grandes na distribuição da escala ideológica. São eles: PCdoB (esquerda), PTB (centro) e DEM (direita). O objetivo da ilustração dessa técnica é, como dissemos, é verificar se existe ou não consistência nas redes formadas pelas coligações partidárias entre partidos grandes e seus satélites nas disputas de prefeituras. Espera-se que nas coligações de partidos em apoio a um candidato do PT esteja presente o PCdoB e não o DEM – da mesma forma que em coligações de apoio a candidato do PSDB apareça o DEM e não o PCdoB. Por outro lado, os partidos posicionados no centro do espectro ideológico, o PMDB e o PTB devem aparecer com mais constância nas redes de coligações em apoio a candidatos de outros partidos. Isso

Análise de elites em perspectiva relacional

se houver alguma consistência ideológica/programática nas coligações partidárias para disputas majoritárias em capitais³.

Caso os grandes partidos tenham organizado coligações por proximidade ideológica em relação às siglas menores, o modelo teórico esperado é o apresentado na figura abaixo (Figura 2). De um lado PT e PCdoB formando um *cluster* oposto ao *cluster* do PSDB e DEM. Os dois primeiros não se coligam com os dois últimos. Entre os *clusters*, no centro, estão PMDB e PTB, que tenderiam, esses sim, a se coligar com partidos das duas extremidades.

Figura 2. Modelo para teste de hipóteses da formação de redes entre partidos políticos no Brasil conforme o grau de consistência ideológica das coligações eleitorais



Fonte: Elaboração própria

A opção por analisar apenas as redes de coligações partidárias em capitais justifica-se pelo que a literatura da área já tem demonstrado: coligações em municípios maiores, que possuem horários eleitoral em rádio e televisão, tendem a ser mais consistentes do ponto de vista ideológico do que as coligações em pequenos municípios, onde a disputa não tem visibilidade e os partidos são organizados por outros critérios que não os princípios partidários (DANTAS, 2011; CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013; CERVI, 2013). Dada a diversidade de condições para disputa eleitoral nos mais de 5,6 mil municípios brasileiros, consideramos inadequado utilizar todo o

³ Como descrito no início do texto, o objetivo aqui é usar as siglas como exemplos de formação de redes em eleições municipais e não discutir a consistência ideológica (ou existência de ideologia partidária) nas coligações para disputas majoritárias municipais.

conjunto em uma análise cujo objetivo é verificar a consistência das redes formadas. Não se pode comparar redes políticas formadas em milhares de pequenos municípios, onde a eleição tem uma dinâmica distinta da que se percebe em municípios grande, com populações na casa dos milhões. Por isso optamos por trabalhar com um subgrupo bastante homogêneo no que diz respeito às condições políticas de disputa eleitoral: o das capitais de estado. No próximo tópico detalharemos o objeto empírico de análise e discutiremos os principais resultados para as redes formadas pelos partidos.

2. Aplicação da ARS para coligações partidárias em eleições para prefeitos de capitais em 2012 no Brasil

Como já apresentado, usamos a ARS para identificar as redes formadas pelos três principais partidos políticos brasileiros (PT, PMDB e PSDB) nas coligações para disputas das prefeituras de capitais de Estado brasileiras em 2012⁴. Para testar a ideia de organização em rede, são incluídas três siglas menores, que gravitam em torno de cada um dos partidos principais e se aproximam das posições de esquerda, centro e direita no espectro ideológico, respectivamente PCdoB, PTB e DEM. Não se pretende, com isso, verificar se existem associações entre os partidos, mas medir a força dessas relações, comparando-as entre as posições ideológicas e os tamanhos dos partidos. As redes são formadas a partir das estruturas de coligações em apoio aos candidatos de cada um dos partidos analisados aqui. Em número maior, com redes mais densas, o PT, PMDB e PSDB. Em número menor e com redes menos densas, o PCdoB, PTB e DEM. O primeiro passo é identificar que partidos coligaram-se com a sigla que indicou candidato a prefeito em cada capital.

As coligações são organizadas em pares de partidos para formarem os nós e os vértices. Para os casos em que o partido lança candidato a prefeito sem se coligar a nenhum outro partido, na chamada candidatura solteiri-

⁴ Em relação às técnicas de análises de rede, a organização dos gráficos apresentados aqui se dá pelo método de multiescala de Harel-Koren, que é um algoritmo de processamento que produz gráficos com distribuição uniforme dos nós e dos vértices entre eles. Com isso é possível verificar que partidos estão mais interconectados entre si. Para as análises de *clusters* usou-se o algoritmo de Clauset, Newman e Moore, que é um algoritmo aglomerativo com grande qualidade na separação dos *clusters*. Ele começa considerando uma partição para cada vértice, que representa uma comunidade, e vai mesclando cada nova interação na mesma comunidade até que se esgotem as relações consideradas válidas e formem-se os *clusters*.

ra, o vértice o liga ao nó “sem colig.” (sem coligação. Quando o partido se coliga com um dos outros 24 partidos existentes e não considerados aqui, o vértice o liga ao nó “outro partido”. Sabemos que a decisão de reunir todos os demais partidos em uma única categoria (“outro”) traz consequências para a análise, pois a rede considerará como a mesma coisa uma coligação entre PT e PSB e PT e PP, por exemplo. Tanto PSB quanto PP estão agrupados na categoria “outro”. No entanto, a opção pela junção dos demais partidos em um único nó está relacionada ao fato de que estamos testando a consistência das redes dos principais partidos com uma sigla satélite de cada posição no espectro ideológico.

A hipótese testada aqui é a de que os partidos *coligam-se por proximidade* no espectro ideológico, pelo menos nos municípios de maior visibilidade das disputas, as capitais de estado.

Os três partidos grandes analisados aqui apresentaram 44 candidaturas a prefeito nas 26 capitais de Estados em 2012. O PT teve candidato em 16 capitais⁵, o PMDB em 11 capitais⁶ e o PSDB em 17 capitais⁷. Para a construção das redes foram inseridas 61 candidaturas dos três partidos, o que significa que se considerarmos o total de 43 candidaturas dos três partidos, no geral eles estiveram coligados com 1,5 partido em média por município analisado aqui.

Das 16 candidaturas do PT, ele esteve coligado com o PCdoB em três municípios (Rio Branco, Vitória e São Paulo), com o PMDB em três capitais (Cuiabá, São Luís e Goiânia), com o PTB em duas (Salvador e São Luís), com o DEM em uma (São Luís), com outros partidos em cinco municípios e sem coligação em apenas quatro capitais (Campo Grande, Belo Horizonte, Teresina e Natal). No PMDB, das 11 candidaturas a prefeitos de capitais, quatro foram coligadas com o PTB (Campo Grande, João Pessoa, Rio de Janeiro e Florianópolis), uma com o DEM (Campo Grande), uma com o PSDB (Boa Vista), uma com o PT (Rio de Janeiro), uma com o PCdoB (Rio de Janeiro), cinco com outros partidos e apenas uma sem coligação (Curitiba). Já das 17 candidaturas do PSDB, cinco foram coligadas com o DEM (Rio Branco, Vitória, Teresina, Natal e São Paulo), uma com o PMDB (Vitória), oito com outros

⁵ Rio Branco, Salvador, Fortaleza, Vitória, Goiânia, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Recife, Teresina, Natal, Porto Alegre e São Paulo.

⁶ Rio Branco, Salvador, Campo Grande, Belém, João Pessoa, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Boa Vista, Florianópolis e São Paulo.

⁷ Rio Branco, Maceió, Macapá, Manaus, Fortaleza, Vitória, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Belém, João Pessoa, Recife, Teresina, Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre e São Paulo.

partidos e três sem coligar (Macapá, Fortaleza e Rio de Janeiro). Como é possível perceber pelos números, parece existir uma organização ideológica das candidaturas, o que nos permite testar a hipótese da consistência de redes. O PT não se coligou com o DEM, nem com o PSDB. O PMDB se coligou pelo menos uma vez com os cinco outros partidos considerados aqui.

Dos três partidos satélites, o PCdoB apresentou candidatos a prefeito em seis capitais⁸. Coligou-se com o PT em duas delas (Manaus e Florianópolis). Coligou-se com outros partidos em outras duas e lançou candidaturas solteiras em Fortaleza e Goiânia. O PTB apresentou candidatos em apenas três municípios⁹. Coligou-se com o PSDB em Goiânia, com o PMDB em Teresina e com outros partidos em Manaus. Já o DEM lançou candidatos em oito capitais¹⁰. Coligou-se com PSDB em três delas (Macapá, Salvador e Aracaju). Também se coligou com PTB em Aracaju e Macapá. Coligou-se com outros partidos em três capitais e lançou candidatura solteira em Fortaleza.

As descrições gerais das coligações mostram uma tendência de redes consistentes nos partidos satélites. Em primeiro lugar, o número de candidaturas apresentadas por eles é menor que a dos três partidos grandes. Além disso, quando teve candidato a prefeito de capital, o PCdoB coligou-se apenas com o PT dentre as agremiações consideradas na análise. O PTB coligou-se com o PMDB e com o PSDB, enquanto o DEM coligou-se com o PTB e o PSDB.

A partir dessas descrições iniciais daremos continuidade às análises das principais estatísticas geradas pela ARS.

Em primeiro lugar, usaremos sempre *gráficos unidirecionais*, pois consideramos que as coligações são firmadas para trocas de apoios políticos nos sentidos dos dois partidos (nós), ainda que apenas um possa apresentar o candidato a prefeito. A *distância geodésica média*, que é a distância média entre todos os pares de vértices a partir da menor distância entre dois vértices, será usada para identificar as diferenças de distâncias entre os nós em cada uma das redes. A *densidade do gráfico*, que é a razão que compara o número de limites com o número máximo de limites se todos os vértices do gráfico estivessem conectados será usado para comparar as densidades das

⁸ Macapá, Manaus, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre e Florianópolis.

⁹ Manaus, Goiânia e Teresina.

¹⁰ Maceió, Macapá, Manaus, Salvador, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Aracaju.

redes de todos os partidos. Quanto mais próximo de 1,000 maior a densidade e mais conectados estão os vértices entre os nós de uma rede. O *número de vértices* em um componente conectado, que é o número de vértices do nó com mais vértices, mostrará o grau de centralidade do partido principal da rede. O *número de limites* em um componente conectado, que é o máximo de vértices que um nó poderia ter na rede, indica até quanto poderiam chegar as relações caso houvesse densidade máxima. A comparação entre as estatísticas do *número de vértices* e do *número de limites* indicará quão distante a rede está do máximo de densidade que ela poderia chegar. Por fim, a *modularidade*, usada para medir a homogeneidade dos integrantes da rede, indicará como a rede de um partido distribui-se: se de maneira homogênea - sem subgrupos - ou de forma heterogênea - com *clusters* ou subgrupos. Quanto mais alto for o coeficiente de modularidade, maior a densidade entre os vértices de um mesmo grupo em uma rede. Conexões muito distantes entre si aumentam a possibilidade de formação de *clusters* na rede.

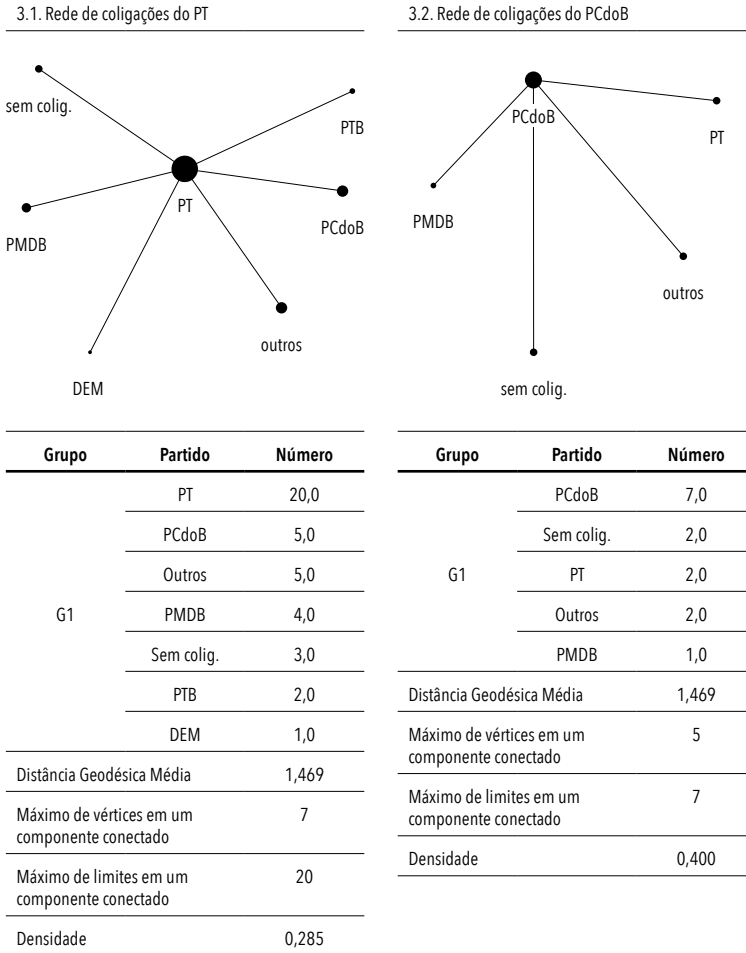
A análise está dividida em duas partes. Na primeira descreveremos as redes de cada um dos partidos estudados. Serão, portanto, formadas seis redes. Três de partidos grandes e três de partidos satélites. Para a apresentação dos resultados os partidos serão agrupados por posição no espectro ideológico. Aqui, pretende-se descrever a composição (número de partidos de cada rede), a densidade e a modularidade para cada uma das redes. Nessa primeira parte da análise não se espera encontrar a formação de *clusters*, o que indicaria uma heterogeneidade grande nas formações de coligações partidárias nas capitais de estado.

A segunda parte da análise, que é a parte central do estudo, reunirá todas as coligações em duas redes. Uma levará em conta as coligações de todos os partidos, inclusive com “outros partidos” e as candidaturas “sem coligação”. A outra considerará apenas a rede formada pelas coligações dos seis partidos que são objeto do estudo. Espera-se ao final conhecer não apenas as características de cada rede de coligações, mas também se a rede obtida em 2012 se aproxima ou não do modelo teórico apresentado na Figura 2.

Para os dois partidos de esquerda, a rede do PT, como se vê, é mais complexa, apresenta máximo de limites de 20, no próprio PT, o que mostra a sua centralidade (como esperado). As categorias mais presentes na rede são PCdoB e outros. Em seguida vem o PMDB. Um caso inesperado é a presença do DEM na rede do PT, coligados ambos os partidos em São Luís (MA). Não há formação de *clusters*, com um único grupo. A distância geodésica é de 1,469 e a densidade de 0,285. Quando comparado à rede do PCdoB,

Como estudar elites

Figura 3. Redes separadas de coligações dos partidos de esquerda



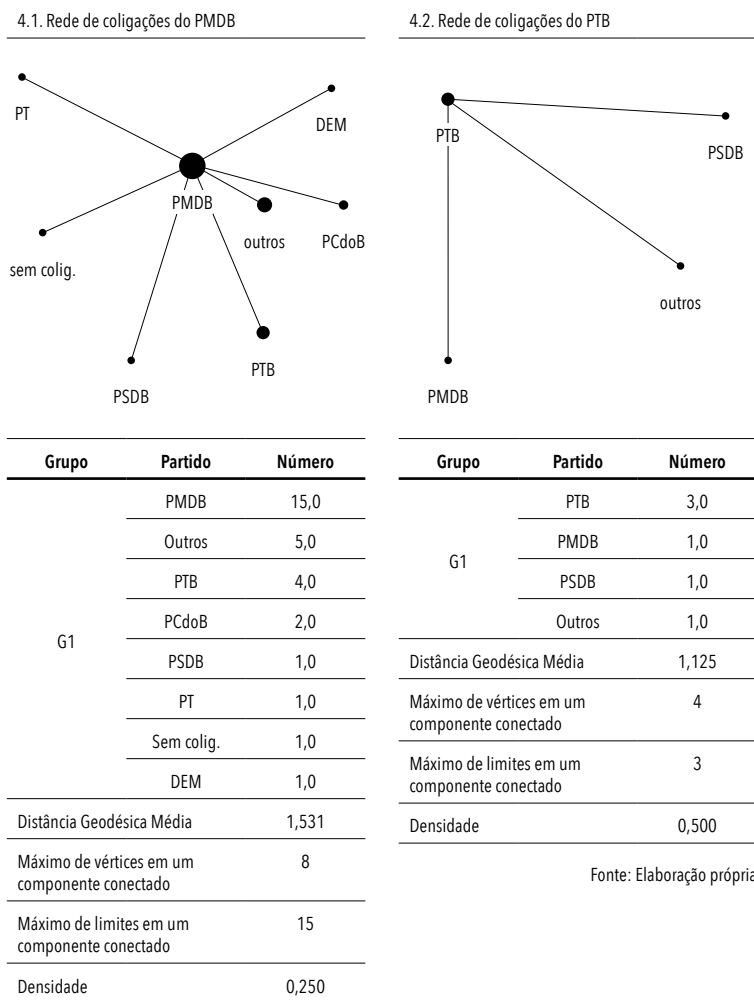
Fonte: Elaboração própria

percebe-se que a distância geodésica deste é menor (1,280) e a densidade maior (0,400). Isso porque a rede do PCdoB é menor, com número máximo de limites em 7, e mais homogênea, pois três categorias apresentam dois componentes conectados (sem colig., PT e outros). Dentre os partidos coligados, nenhuma novidade. Apenas PT e PMDB.

Análise de elites em perspectiva relacional

A rede formada pelas coligações do PMDB indica que ele é um típico partido de centro. Faz pelo menos uma coligação com cada um dos cinco outros partidos. Além disso, o maior número de vértices é com a categoria “outros”, ou seja, ele apresenta uma das maiores diversidades partidárias nas coligações. Dos considerados aqui, o partido mais presente na rede

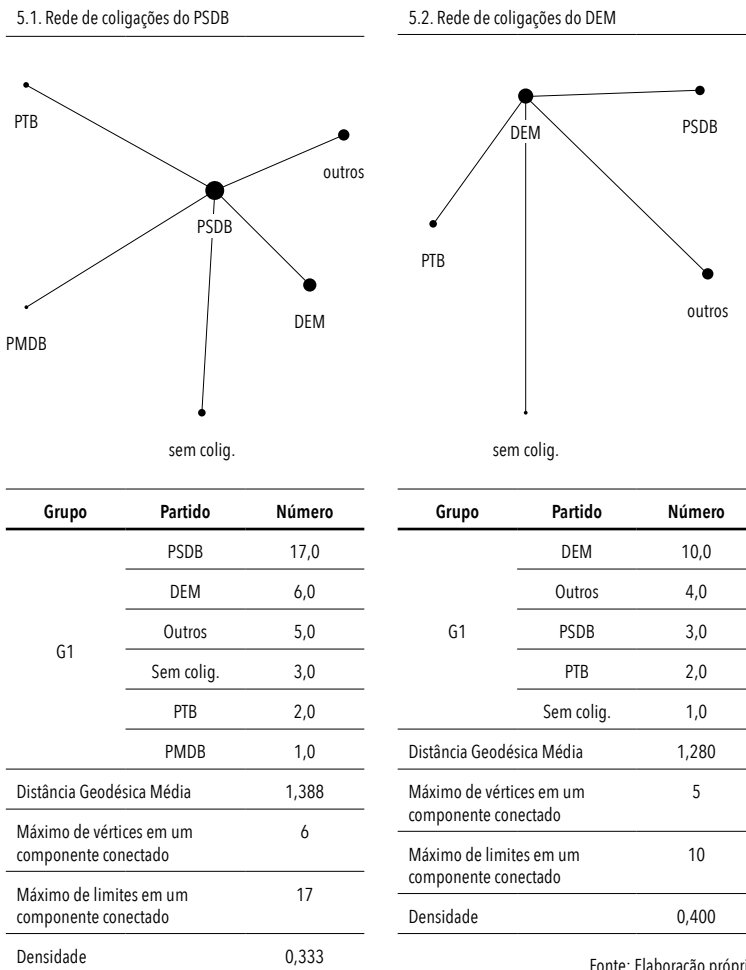
Figura 4. Redes separadas de coligações dos partidos de centro



Como estudar elites

do PMDB é o PTB. A alta distância geodésica de 1,531 e a baixa densidade de 0,250 não surpreendem, dada a heterogeneidade dos componentes da rede. O PTB, com um número bem menor de conexões máximas (três) apresenta uma das menores distâncias geodésicas (1,125), e uma das maiores densidades (0,500), indicando homogeneidade da rede. Entre os partidos analisados aqui, o PTB conecta-se com PMDB e PSDB, além de outras siglas.

Figura 5. Redes separadas de ligações dos partidos de direita



Nas redes dos partidos de direita também não há nenhuma surpresa, as conexões ficam próximas do esperado. Ou seja, no que diz respeito às opções de redes eleitorais, os partidos políticos selecionados aqui demonstraram ter consistência ideológica. No partido maior, em um total de 17 componentes conectados no PSDB, o mais presente é o DEM. Também há conexões com PTB e PMDB, além de “outros partidos”. A distância geodésica é relativamente alta (1,388), resultado do grande número de conexões, e a densidade fica em 0,333. O partido satélite de direita apresenta uma rede menos complexa, com máximo de 10 componentes conectados ao DEM. O Democratas coliga-se principalmente com “outros partidos”. Dentre os analisados aqui aparecem o PSDB e PMDB, mantendo a consistência das coligações por proximidade ideológica. A distância geodésica é relativamente baixa (1,280), e a densidade fica em 0,400.

Dos partidos grandes analisados aqui a rede de coligações mais complexa é do PT, com 20 conexões máximas, seguido do PSDB, com 17, e do PMDB, com 15. Todos eles ficam acima de seus satélites, que apresentam redes mais simples: DEM com 10 conexões máximas, PTB com sete e PCdoB com apenas três. As densidades das redes dos partidos satélites são maiores que a dos grandes partidos. A maior densidade de rede é do PTB (0,500), seguido do DEM e PCdoB, com 0,400. Depois vem PSDB com 0,333, PT com 0,285 e PMDB com 0,250.

Os coeficientes das redes individuais indicam duas coisas: a primeira é que há consistência ideológica das redes dos partidos grandes e satélites de direita, centro e esquerda. As redes não mostram uma profusão de coligações entre partidos de diferentes posições no espectro ideológico, exceto para os partidos de centro, como esperado. A segunda coisa é que quanto maior a rede (mais nós), mais difícil é manter a homogeneidade das conexões, levando os partidos satélites a apresentarem redes menores, porém, mais densas. Isso é explicado pelo fato de as redes dos partidos pequenos serem mais consistentes do ponto de vista ideológico do que as redes dos grandes partidos.

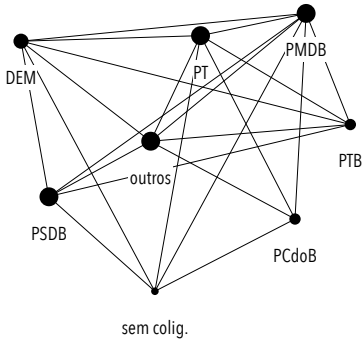
Até aqui analisamos as redes dos partidos individualmente. A Figura 6, a seguir, mostra a rede formada pelo conjunto de todas as coligações nas disputas pelas prefeituras das capitais em 2012. São duas redes. Uma apresenta os resultados para todos os nós (incluindo “outros partidos” e “sem coligação”) enquanto a outra mostra as conexões entre as coligações formadas apenas pelos seis partidos analisados aqui.

O gráfico 6.1 (que considera todos os nós de partidos nas coligações) mostra-se o mais heterogêneo de todos. Apresenta cinco subgrupos. O primeiro formado pelo PT, PMDB, PCdoB e “sem colig.”. Depois, PT, PSDB, DEM e “outros” apresentam uma independência em relação ao demais, formando cada

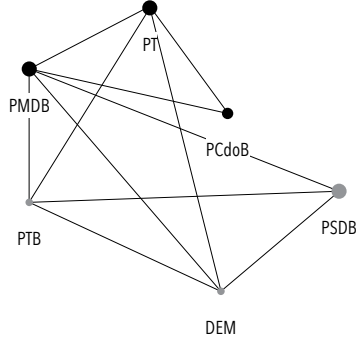
Como estudar elites

Figura 6. Redes de coligações de partidos nas disputas para prefeituras de capitais de Estado em 2012

6.1. Rede de todas as coligações em capitais de Estado



6.2. Rede formada pelas coligações dos 6 partidos



Grupo	Partido	Número
G1	PT	23,0
	PMDB	22,0
	Sem colig.	10,0
	PCdoB	14,0
G2	PTB	13,0
G3	PSDB	25,0
G4	DEM	18,0
G5	Outros	25,0
Distância Geodésica Média		1,062
Máximo de vértices em um componente conectado		8
Máximo de limites em um componente conectado		75
Densidade		0,785
Modularidade		0,053

Grupo	Partido	Número
G1	PT	23,0
	PMDB	22,0
	PCdoB	10,0
	PSDB	13,0
G2	DEM	25,0
	PTB	18,0
Distância Geodésica Média		1,055
Máximo de vértices em um componente conectado		6
Máximo de limites em um componente conectado		40
Densidade		0,733
Modularidade		0,112

Fonte: Elaboração própria

um o seu próprio subgrupo. O total de conexões sobre para 75 e a distância geodésica fica em 1,062. A densidade é de 0,785, bem acima das encontradas nas redes individuais. Aqui, como se formam subgrupos é possível conside-

rar o coeficiente de modularidade, que fica em 0,053, bastante baixo, pois a rede apresenta-se disforme. Os nós que apresentam maior número de conexões individuais são o PSDB e “outros”, com 25, seguidos de PT, com 23, e PMDB, com 22. Há, portanto, uma heterogeneidade maior na rede de ligações, com predomínio dos três partidos grandes considerados aqui.

A rede formada pelas ligações dos seis partidos analisados (figura 6) apresenta alguns coeficientes muito próximos da anterior. Distância geodésica média de 1,055 e densidade de 0,733. Outros coeficientes são bastante distintos. O número máximo de componentes conectados cai para 40 em função do menor número de componentes e a modularidade mais do que dobra, passando para 0,112. Isso porque agora a rede é formada por dois subgrupos bem definidos e com distâncias médias entre si muito próximas. O primeiro *cluster* é formado por PT, PMDB e PCdoB. Com 20, 15 e 7 conexões respectivamente. O segundo *cluster* tem PSDB, DEM e PTB, com 20, 5 e 3 conexões respectivamente. As distâncias médias do *cluster* 1 - mais à esquerda - são menores que as do *cluster* 2 - mais à direita, como pode-se perceber na imagem da rede. Porém, a principal informação é que, considerando apenas as ligações dos seis partidos, formaram-se apenas dois e não três clusters, com a separação do PMDB, que ficou com os partidos de esquerda, e do PTB, que ficou com os partidos de direita.

Notas conclusivas

Como primeira conclusão é preciso destacar as limitações do uso de análise de redes para estudos de elites. A primeira é que não se aplica às tradicionais análises posicionais de atores. Só se deve usar análise de redes quando não se pretende uma análise posicional, mas sim relacional dos atores, logo, não pode ser usado em estudos sobre atores individuais, mas sim para conexões entre diferentes atores passíveis de serem identificados como pertencentes a diferentes grupos. Feita a observação sobre os limites do uso da técnica, é possível afirmar como principal achado que existe consistência ideológica nas ligações feitas pelos seis partidos analisados em campanhas para prefeituras de capitais em 2012. No entanto, o número de *clusters* foi menor do que imaginávamos inicialmente. Nossa hipótese (representada na figura 2, p.105) era de que haveria pelo menos três *clusters*, sendo um à esquerda, um no centro e outro à direita. O resultado foi que os seis partidos organizaram-se em apenas dois *clusters*. Um à esquerda com PCdoB, PT e PMDB e outro à direita com DEM, PSDB e PTB. Os dois partidos de centro não formaram um *cluster*. O PMDB tendeu a se ligar mais com PT e PCdoB, enquanto o PTB coligou-se principalmente com DEM e PSDB. Essas composições foram obtidas ao se

considerar apenas as conexões formadas entre os seis partidos analisados e não entre todos os que disputaram as eleições municipais de 2012. No entanto, quando consideramos todas as coligações, mantém-se no mesmo *cluster* PMDB-PT-PCdoB (Figura 6.1), mas os outros partidos formam grupos distintos em função da diversidade de coligações firmadas entre eles. Ao todo são cinco *clusters* quando inserimos todos os partidos no modelo de ARS.

Em relação às redes centradas em cada partido, os resultados foram próximos do esperado. Os partidos considerados grandes (PT, PMDB e PSDB) apresentaram redes mais complexas, com maiores números de vértices e mais heterogêneas do que os seus satélites (PCdoB, PTB e DEM). A única inconsistência ideológica foi uma coligação entre PT e DEM. Nas demais, as redes menores, dos partidos satélite, mostraram-se mais homogêneas e consistentes ideologicamente. A técnica de ARS mostrou-se adequada para as análises relacionais entre partidos em coligações para disputas eleitorais.

Não foi nosso objetivo discutir o que deve caracterizar um partido de esquerda ou de direita, mas sim o de apresentar as relações estabelecidas entre eles. Do ponto de vista relacional, o partido mais heterogêneo dentre os analisados aqui foi o PMDB, que teve seus candidatos a prefeito apoiados por todos os cinco outros partidos. Em segundo lugar veio o PT, apoiado por PMDB, PTB, PCdoB e DEM. Seguido de PSDB, que teve apoio do DEM, PMDB e PTB. DEM contou com apoio apenas de partidos do centro ou direita (PSDB e PTB). O mesmo ocorreu com PTB (PSDB e PMDB). Já o PCdoB contou com apoio de partidos do centro e esquerda (PT e PMDB).

Apesar dos achados indicarem consistência ideológica nas redes formadas pelas coligações partidárias, é preciso considerar as limitações dos resultados apresentados aqui. Trata-se de uma análise do comportamento das elites partidárias a partir das relações entre diretórios municipais e não um estudo sobre comportamento eleitoral. O sistema eleitoral brasileiro dá autonomia aos diretórios partidários em definir coligações. Não existe uma verticalização formal. Portanto, em disputas municipais é possível encontrar composições distintas de coligações partidárias entre diferentes municípios. As conclusões não podem ser extrapoladas para explicar possíveis resultados de desempenho nas eleições. Nossa opção de tratar apenas das coligações em capitais tinha como pressuposto a maior consistência ideológica no comportamento das elites partidárias. Um desdobramento da pesquisa apresentada aqui, para testar a relação entre consistência ideológica das coligações e tamanho do município, deve replicar a técnica de ARS para todos os 5,6 mil municípios brasileiros, agrupados por número de eleitores.

Análise de elites em perspectiva relacional

Referências

- ARGILES, C. T. L. et al. Redes de sociabilidade: construções a partir do serviço residencial terapêutico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2049-2058, 2013.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BURT, R. S. Network Items and the General Social Survey. **Social Networks**, v. 6, n. 4, p. 293-339, 1984.
- CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011.
- CERVI, E. U. Doações de campanha e desempenho eleitoral: Uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Revista Agenda Política**, v. 1, n. 1, p. 26-54, 2013.
- CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Revista Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013.
- COSTA, J. H. Entre a estrutura e a ação, melhor a relação: para pensar a análise de redes sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 117, p. 123-131, 2011.
- CROSS, R.; PARKER, A. **The Hidden Power of Social Networks**: Understanding how work really gets done in organizations. 1. ed. Boston: Harvard Business School Press, 2004.
- DANTAS, H. O horário eleitoral gratuito na televisão e o padrão das coligações em eleições majoritárias municipais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, Caxambu, 2011.
- FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks: Conceptual clarification. **Social Networks**, v. 1, n. 3, p. 215-239, 1979.
- FREITAS, A. F. de. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 433-453, 2013.
- HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside, CA: University of California, 2005.
- HARTMANN, M. **The Sociology of Elites**. London/New York: Routledge, 2007.
- HOROCHOVSKI, R. R. et al. Rede de Financiamento Eleitoral nas Eleições de 2008 no Litoral do Paraná. **Paraná Eleitoral**, v. 3, n. 1, p. 101-131, 2012.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.
- LIMA, J. B. de. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

Como estudar elites

____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006.

____. et al. Dossiê: métodos e explicações da política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 140-145, 2007.

MARTINS, D. A emergência da análise de redes sociais como campo de pesquisa: perspectiva da análise da produção científica em português. **Alexandria**, v. 5, n. 8, p. 17-29, 2011.

MARTINS, R. D. A.; LOTTA, G. S. Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE. **Ensaio: Avaliação de Política Pública em Educação**, v.18, n.69, p.846-860, 2010.

MASSIMO, D. F. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista Famecos**, v. 19, n. 1, p. 27-45, 2012.

MORTON, S. C. et al. Managing the Informal Organization: Conceptual model. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 53, n. 3, p. 214-232, 2004.

MOURA, J. T. V. de; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. suplementar, p. 43-54, 2008.

NUNOMURA, E. A imprensa, o Twitter e as eleições de 2010 no Brasil. **Intercom**, v. 36, n. 1, p. 103-126, 2013.

OLIVIERI, C. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 147-168, 2007.

REIS, L. dos S. **Comunicação política e a campanha online 2.0 na Bahia em 2010**: uma análise da atuação dos principais candidatos ao governo do Estado no Twitter e no Youtube. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, A. C. **Modelo computacional baseado em redes sociais e complexas para apoiar cidadãos na análise da atuação de políticos eleitos**. Dissertação (Mestrado em Modelagem Computacional) - Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Senai, Salvador, 2011.

SANTOS, M. L. **Comunicações transversais: cruzamentos e confrontos de opiniões nas redes digitais sobre o preconceito pós-eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, C. R. C. A amizade e a politização de redes sociais de suporte: reflexões com base em estudo de ONG/Aids na grande São Paulo. **Saúde & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 721-732, 2009.

TAROUÇO, G. da S. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169-186, 2010.

TAROUÇO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e Direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

ZANCAN, C. et al. As contribuições teóricas da análise de redes sociais (ARS) aos estudos organizacionais. **Revista Alcance**, v. 19, n. 1, p. 62-82, 2012.

Sobre os autores

Adriano Codato

é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e editor da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp). Realizou estágio de pós-doutorado no Centre européen de sociologie et de science politique de la Sorbonne (CESSP-Paris). Coordena o Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). É pesquisador do CNPq.

Ana Paula Lopes

é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Bruno Bolognesi

é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) da mesma universidade e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR).

Emerson Urizzi Cervi

é doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor do Progra-

Sobre os autores

ma de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ernesto Seidl

é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É pesquisador do CNPq.

Fernanda Rios Petrarca

é pós-doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP).

Flávio Heinz

é doutor em História e Sociologia do Mundo Contemporâneo pela Université de Paris X (Nanterre), professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR).

Lucas Massimo

é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Editor Executivo da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR).

Luiz Domingos Costa

é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e do Centro Universitário Uninter e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR).

Paula Butture

é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR).

Paulo Roberto Neves Costa

é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É pesquisador do CNPq.

Renato Monseff Perissinotto

é pós-doutor pela University of Oxford, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR). É pesquisador do CNPq.

Wilson José Ferreira de Oliveira

é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR).